



Da propaganda à Presidência: a presidência de Campos Salles (1898)

Ana Luiza Backes (Câmara dos Deputados)



A eleição de Campos Salles representou o marco organizador do novo regime republicano. Depois de um período muito conflituoso que se segue à proclamação da República, sua candidatura unificou a maior parte dos antigos propagandistas (como eram chamados os militantes da causa republicana ao longo do Império). Na campanha e na eleição, Campos Salles isolou seu opositor, Lauro Sodré, identificado com os republicanos radicais, chamados de jacobinos ou de florianistas (de viés nacionalista e intervencionista).

Depois da eleição, Campos Salles promoveu um acordo entre as principais forças políticas do país, neutralizando os conflitos que ameaçavam paralisar o Congresso. Conseguiu, assim, aprovar financiamentos internacionais (os *funding loan*) e um programa de restrições monetárias e orçamentárias exigido como contrapartida pelos centros internacionais.

O acordo, sacramentado na chamada *reforma do Regimento*, lançou as bases do sistema coronelista e da oligarquização política que marcaram todo o período da Primeira República.

Antecedentes: o movimento propagandista

Os dois concorrentes às eleições de 1898 eram do movimento da propaganda republicana. Os propagandistas defendiam a República, a criação de uma burocracia de estado impessoal – baseada na competência –, o federalismo e a separação entre a Igreja e o Estado. Grande parte desses concorrentes apoiou a abolição da escravidão em 1888, ainda que parte dos fazendeiros paulistas republicanos tivesse tido posição ambígua, pois queriam o fim da escravidão só quando tivessem resolvido o problema da mão de obra do café.

Ao assumir o poder, os republicanos procuraram criar sua mitologia – uma nova era se iniciava no Brasil, guiada pela ciência e pela razão, em oposição ao Império, em que predominavam o atraso, a letargia, os privilégios. Novas políticas urbanas, de higiene e de saneamento mudaram as cidades, derrubando bairros inteiros, erguendo prédios ligados ao projeto científico (hospitais, hospícios, etc.).

A mudança para a República, contudo, não se deu sem confrontos.



Campos Salles ainda Ministro da Justiça retratado pela *Revista Illustrada* de 1889, nº 569, p. 3. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Manuel Ferraz de Campos Salles

Fazendeiro e advogado paulista. Republicano histórico, elegeu-se deputado geral pelo movimento ainda no Império, um dos dois únicos propagandistas eleitos no período. Foi um dos principais líderes do Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873, máquina política poderosa que funcionou na Primeira República. Exerceu o cargo de Ministro da Justiça, no governo provisório de Deodoro da Fonseca, permanecendo até 1891. Exerceu o cargo de senador pelo estado de São Paulo entre os anos de 1890 e 1891, depois entre 1894 e 1895, e mais tarde de 1910 a 1914. Entre 1896 e 1897, assume o cargo de governador de São Paulo.

Lauro Nina Sodré e Silva

Paraense, formou-se engenheiro militar no curso da Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde abraçou a causa da República e a doutrina positivista de Comte. Foi o primeiro governador do estado do Pará; foi, também, representante do Pará na Constituinte da República e eleito quatro vezes senador, sendo três pelo Pará e uma pelo Distrito Federal.

Lauro Sodré, retratado na *Revista Illustrada* de 1897, nº 734, capa. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Os conflitos da primeira década republicana

Depois da derrubada da monarquia, seguiu-se uma década extremamente conflituosa, inclusive com conflitos armados. Floriano Peixoto resistiu à Revolta da Armada, em que monarquistas apoiados por potências estrangeiras tentaram derrubar o governo. Deu apoio, juntamente com a maior parte dos republicanos históricos, a Julio de Castilhos em outro confronto armado, a Revolução federalista no Rio Grande do Sul. Esses conflitos deixaram marcas, entre elas um movimento florianista, que se destacava por forte nacionalismo.

Derrotados os inimigos da República, tornam-se claros problemas de outro tipo. A nova ordem constitucional, ao começar a funcionar, não tinha respostas para os frequentes confrontos que iam se abrindo entre os presidentes e o Congresso. Como conseguir maioria parlamentar nesse novo sistema? O Poder Moderador permitia ao imperador dissolver legalmente as Câmaras, nomeando o primeiro ministro que iria conduzir o processo eleitoral nos estados. A maioria parlamentar foi garantida, embora num processo invertido, de cima para baixo.

Na nova ordem, como garantir a eleição de deputados que apoiassem o presidente eleito? O primeiro caminho tentado foi a intervenção nos estados, derrubando os governos – reeditava-se pela força os mecanismos que no Império eram legais. Deodoro e Floriano derrubaram os governos da maioria dos estados, sucessivamente. Esse caminho levou a muitos confrontos, alguns sangrentos. Prudente de Moraes, quando assume, pressionou o Congresso para que definisse formas legítimas de intervenção nos estados, sem sucesso. Os conflitos permaneceram, contudo, até a posse de Campos Salles e a reforma do regimento por ele conduzida.

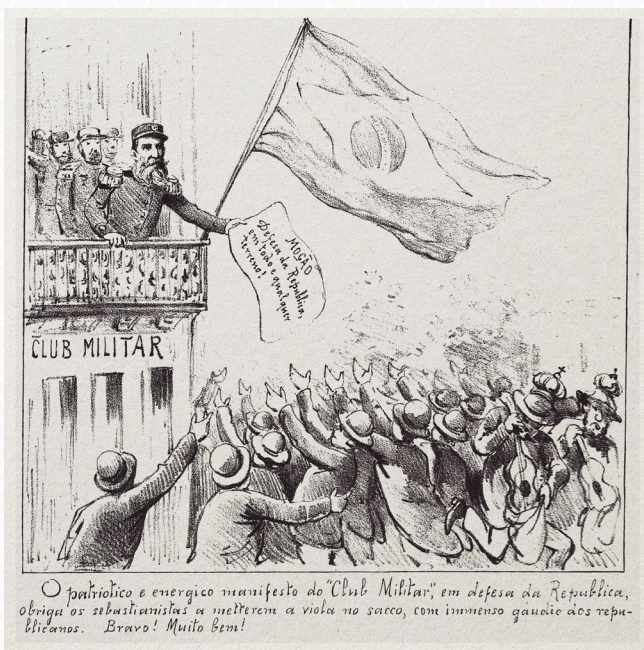
Os novos grupos chegados ao poder procuraram se unir e fundaram, em 1893, um novo partido, para defesa da ordem republicana: o Partido Republicano Federal (PRF). Sua fundação expressava a união entre os diferentes grupos que sustentaram Floriano Peixoto e a República, derrotando e subordinando as elites imperiais. O partido acabou por atrair grande número de ex-monarquistas,



e isso ajudou a eleger o presidente, o paulista Prudente de Moraes, e a maioria avassaladora das duas casas legislativas.

A união dos republicanos históricos, contudo, ocultava divergências que apareceram claramente durante o governo de Prudente. A oposição entre florianistas e prudentistas viria a dividir o Partido Republicano Federal, levando-o à cisão em 1897. Essas divergências têm sido interpretadas como “oposição civil-militares”. O primeiro presidente civil estaria tentando desarticular a estrutura de poder militar, visando “desmilitarizar” o país. Essa interpretação perde de vista que havia outras clivagens que dividiam tanto civis quanto militares, e eles se expressavam na formação das facções que se digladiavam: o nacionalismo, o papel do estado, as privatizações, a centralidade do café na economia.

O PRF se dividiu em 1897. Dois blocos se definiram: os situacionistas, que apoiavam Prudente de Moraes; e uma ala jacobina ou florianista, com posições nacionalistas e intervencionistas, muito marcadas pelo positivismo.



A temperatura política estava em ascensão, preparando uma campanha presidencial muito disputada: os “concentrados” lançaram o positivista Lauro Sodré para presidente, em 7 de outubro de 1897. Esse republicano de primeira hora havia sido o único governador a se colocar contra o golpe perpetrado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, quando foi dissolvido

O estopim que deu origem à cisão do PRF foi a apresentação, no Congresso, de uma moção de solidariedade ao presidente pela repressão aos alunos da Escola Militar. Capa da *Revista Ilustrada* de setembro de 1896, ano 21, nº 711. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

o Congresso. Foi o único reconduzido ao cargo, quando se deu o contragolpe de Floriano Peixoto, com a queda de Deodoro e a derrubada de todos os governadores por ele nomeados. Era, portanto, legítimo representante do grupo florianista.



O candidato Lauro Sodré e seu vice, retratados pela *Revista Ilustrada* de 1897, ano 22, nº 734. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Campos Salles, pelo seu passado de republicano histórico, foi convidado a se candidatar para esvaziar a polarização nos termos de históricos *versus* governistas, como ele mesmo relatou em seu livro:

É evidente, em presença de tão valiosas testemunhas, que a crise, resultante de motivos poderosos que vinham atuando de muito longe, não podia ser debelada pela simples cessação das causas ocasionais. Em ponto culminante, dominando os fatos com a sua assinalada influência, segregando os elementos e gerando discórdias, estava o problema do momento – a eleição presidencial. Desta vez ainda, e sempre, era este o grande eixo em torno do qual girava a política da República. [...]

Os oposicionistas, conforme já fiz notar, jactavam-se de ser os puritanos, os representantes do republicanismo brasileiro, apontando os seus correligionários mais eminentes como os legítimos depositários das verdadeiras tradições republicanas. Os governistas, porém, não cediam a primazia aos seus adversários e expunham a lista dos veteranos da República que acampavam nos seus arraiais. Foi nestas condições que o meu nome começou a sair da penumbra, apontado como um republicano histórico, ao serviço da ideia republicana desde a primeira hora de combate contra o regime decaído. (p. 83-4)

Da propaganda a presidencia
O livro do dr. Campos Salles

O *Diário* deu hontem noticia do alto successo alcançado pelo livro desse titulo publicado pelo dr. Campos Salles. Só em Campinas exg-tou-se rapidamente o primeiro milheiro. Evidentemente numerosos leitores tem curiosidade de conhecer obra de tamanho successo; vamos de certa forma satisfazer essa justa curiosidade dando uma idéa geral do livro, no qual o ex-presidente da Republica resume o historico e a discussão dos assumptos politicos particularmente interessantes. Assim, procurando as origens do partido republicano, o autor estuda a evolução das idéas politicas no tempo do Imperio e a formação dos novos principios através das luctas em que se enfraqueciam os partidos dominantes. «Do liberalismo fundado nas tradições democráticas de 7 de abril, surgiu o partido republicano, cuja existencia se afirmou positivamente no manifesto de 1870, evoluindo até seus ultimos successos, independentemente da abolição do elemento servil e da questão militar...»

Mas, proclamada a Republica, esta vai cometer o seu primeiro erro na obra eleitoral da Constituinte, para escolha do primeiro presidente. A emergencia de duas candidaturas ao supremo posto politico criou uma difficil situação que, resolvendo-se embora na eleição do marechal Deodoro, atravessou uma phase de apertadas complicações. Os descontentamentos, produções, então, imprimiram a orientação do governo uma tendencia reaccionaria, de que resultou o golpe de Estado de 8 de novembro, a que felizmente se seguiu o contra-golpe de 23, com a restauração do Congresso Nacional.

Entretanto, os germes de sa desordem politica desenvolveram-se afinal em movimentos de insurreição e caudilhismo, ocasionando, entre outras violentas perturbações, a invasão dos federalistas no Rio Grande do Sul e a revolta da esquadra, factos esses que o autor do livro relaciona com a lucta contra a candidatura do marechal Deodoro no seio da Constituinte.

Depois, estuda o dr. Campos Salles as circunstancias politicas que o levaram a presidencia da Republica e o modo como apresentou essa candidatura á nação, após o voto da convenção.

As difficuldades financeiras que assorborbavam o pais exigiam providencias rapidas e em tão poderosos motivos encon-

trou o presidente eleito a necessidade de empreender uma viagem á Europa, afim de procurar soluções para as duras emergencias de uma apertada situação. Celebrou-se então o accordo financeiro conhecido sob o nome de "funding-loan".

Investido da presidencia da Republica, diz o dr. Campos Salles como entendeu organizar o ministerio, procurando os seus auxiliares fóra dos círculos politicos. O novo chefe da Nação interrompeu a praxe até então seguida das reuniões collectivas do ministerio, porque o systema presidencial se destingue do regimen de gabinete exactamente em que «é o governo constitucionalmente organizado». A responsabilidade pessoal e exclusiva do presidente requer a subordinação dos ministerios a um mesmo systema de idéas politicas, expresso na acção superior do supremo chefe do governo.

Estudando a politica do seu quadriennio, o dr. Campos Salles analisa primeiro a estrutura do antigo partido republicano federal e dos agrupamentos em que elle se fraccionou, concluindo que nenhum delles revestia propriamente os caracteres de um partido politico. A seguir, desenvolve longamente a sua conhecida theoria da "politica dos Estados", como corollario do regimen federativo.

Defensor extrenuo da Constituição de 24 de fevereiro, oppoz-se sempre ao movimento revisionista, cujas tendencias são combatidas no seu livro através de uma lucida critica doutrinaria.

Passando á esphera da administração, estuda longamente a situação economica e financeira do paiz, e descreve o modo como poud executar as idéas do seu programma e cumprir os compromissos assumidos, não obstante os tremendos embaraços que a opposição pretendeu criar-lhe. Mas, o dr. Campos Salles resistiu eficazmente á opposição, exactamente porque esta se originava então de causas subalternas e pessoais, que são ahí expostas e particularizadas.

Ha no livro um interessante capitulo do subtil psychologia politica. E' o que se refere á imprensa, no qual o autor descreve, em estylo energico e brilhante, o estado da função jornalística em nosso paiz.

Por ultimo, o dr. Campos Salles trata da eleição do seu successor, e transcreve a correspondencia trocada com o dr. Rodrigues Alves, a esse respeito.

Artigo publicado na primeira página do *Diário da Tarde* de 28.10.1908, Paraná, comentando o livro de Campos Salles.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

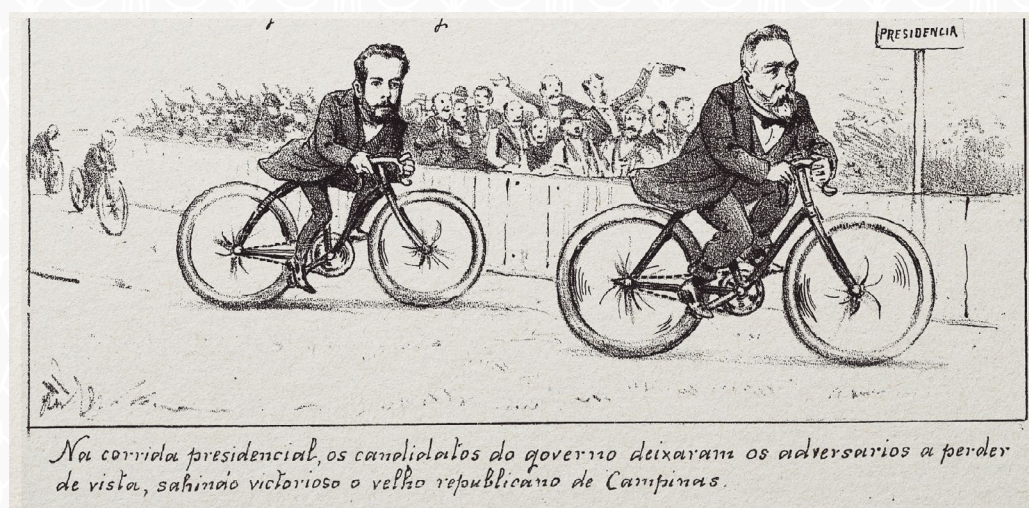
O então governador do estado de São Paulo lançou sua candidatura com um manifesto, em 31 de outubro de 1897.

A luta pelo poder, entre grupos oligárquicos chega neste momento ao seu apogeu. De um lado está grande parte do Partido Republicano paulista, que tem o apoio da ala legalista do Exército e de grupos estaduais; de outro, se enfileiram as alas paulistas partidárias de Francisco Glicério e republicanos históricos, com Quintino Bocaiúva, aliados aos grupos militares, exaltados florianistas e positivistas do Rio Grande do Sul. Nas festas do dia da independência, [...] uma multidão calculada em 4.000 pessoas levanta entusiásticos vivas à memória do pranteado marechal Floriano, à do coronel Moreira César, e ao Dr. Júlio de Castilhos, isto num momento em que Prudente de Moraes e seu Ministério estão presentes na praça. (CARONE, 1970, p. 1.980).

Em 5 de novembro, a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, que resulta na morte de seu Ministro da Guerra, mostrou o grau de acirramento a que haviam chegado os conflitos – isso muda o quadro radicalmente. Depois do atentado, o apoio popular voltou-se para Prudente. Trinta mil pessoas acompanharam o féretro do marechal assassinado, uma multidão que empastelou os jornais jacobinos. Prudente explorou o incidente para buscar o controle do Congresso sobre sua sucessão, alijando adversários.



Cidade do Rio de 5.11.1897, capa. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



A disputa presidencial retratada na *Revista Illustrada* de 1897, ano 22, nº 735. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

As eleições

As eleições ocorreram no dia 1º de março de 1898. O pleito se processou em estado de sítio, que havia sido proclamado após o atentado contra Prudente de Moras. Campos Salles se elegeu com grande vantagem. Observe-se a baixíssima participação eleitoral, de menos de 3% da população (dados de 1894 indicavam uma população de 15 milhões de habitantes). Vale registrar que mulheres e analfabetos não tinham direito de voto, o que já excluía a maior parte da população.

Resultado do pleito

Candidatos	Votos	%
Campos Salles	420.286	90,9
Lauro Sodré	38.929	8,4
Outros	3.146	0,7
Total		100

Fonte: Bolívar Lamounier and Octavio Amorim Neto.
In: Dieter Nohlen, Elections in the Americas a Data Handbook.
Oxford: Oxford University Press, p. 229.

Campos Salles tomou posse no dia 15 de novembro de 1898 e governou até 15 de novembro de 1902. Antes da posse, em abril de 1898, o presidente eleito partiu para a Europa, em viagem destinada a renegociar a dívida externa e obter novos financiamentos.

O Paiz de 1º.3.1898, capa. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O dia de hoje é altamente solenne para a Nação Brasileira, que, dentro de poucas horas, terá feito nas urnas a escolha do cidadão que dirigirá os seus destinos no futuro período presidencial.

Não permittiram as circumstancias que, para a honra e a felicidade das instituições, dois partidos rijamente aparelhados travassem a luta pacifica e emobrecedora do voto. Pôde-se bem dizer que ha presentemente um unico candidato, tão profunda foi a dispersão do partido opposicionista, cujos recursos de agitação eleitoral foram completamente suffocados pela suspensão prolongada das garantias constitucionaes. E' de presumir que se dê uma larga abstenção, attendendo-se aos repetidos conselhos que os chefes da opposição têm dirigido nesse sentido aos seus co-religionarios, pretendendo justificar essa attitude na coacção inflingida pelo governo durante mais de tres mezes a todos que discordavam do pensamento politico dominante. Não ha estímulo de suffragio por não haver partido a derrotar. E o primeiro a deplorar essa situação é certamente o Dr. Campos Salles, que desejaria degladiar-se com um adversario prestigioso, cuja acção se pudesse manifestar em plena liberdade—o que, por infelicidade de todos, não se pôde realizar.

Como o publico sabe, *O Paiz* prometteu manter uma severa neutralidade no pleito, desvinculado como se achava de interesses partidarios e sentindo-se preso pela estima e pela admiração aos dois republicanos que as convenções haviam indicado ao suffragio nacional. Dada a angustiosa situação politica em que a Republica se tem debatido, a impossibilidade material e moral da opposição orientar o paiz e congregar esforços a bem do cidadão que escolhera para candidato do seu partido, o pleito eleitoral perdeu o seu encanto e hoje certamente o que a Nação vai registrar é uma quasi cerrada volação ao nome do Dr. Campos Salles, que com bastante desprazer se encontra quasi só na arena eleitoral, por motivos completamente estranhos á sua vontade.



A partida de Campos Salles para a Europa, retratada na Revista Ilustrada de 1898, ano 23, nº 713. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Foram assinados acordos financeiros intitulados de *funding loan*, para cuja operacionalização o presidente iria necessitar de maioria legislativa. Era necessário não apenas obter apoio para a política econômica, mas também recuperar a credibilidade internacional, mostrando que o regime republicano funcionava por quadro institucional “moderno” (parlamento, eleições) e que o presidente tinha condições de garantir os acordos firmados.

Apesar de enfraquecida, a ala florianista continuava atuante no Congresso e preparava-se para as eleições legislativas de 1899 (as eleições parlamentares não coincidiam com as presidenciais). Se as eleições fossem realizadas pelas regras vigentes, previam-se grandes dificuldades na definição dos eleitos.

O processo de “reconhecimento dos eleitos” na Câmara dos Deputados acontecia após a eleição, quando todos os candidatos que se pretendiam eleitos em seus distritos apresentavam seus diplomas, levando atas e diplomas que certificavam a realização da eleição e a votação em seu nome. Quando havia disputa muito acirrada, podia acontecer que se realizassem duas eleições paralelas, duas mesas de

votação a colher e apurar os votos. Era o que se esperava que acontecesse em 1899, com dezenas de distritos apresentando mais de um eleito reivindicando reconhecimento.

O pacto que redefine a representação política: a reforma do regimento

A reforma do Regimento da Câmara dos Deputados surgiu nessa conjuntura como solução no curto prazo, possibilitando a eleição de uma bancada de apoio à política econômica traçada por Campos Salles. Foram efetuadas mudanças para o momento crucial da definição dos eleitos em cada distrito para deputado federal.

Os trabalhos de reconhecimento dos diplomas eram efetuados pela própria Câmara dos Deputados, como era comum na maior parte dos países na época (a Justiça Eleitoral no Brasil só viria a ser criada em 1932). Os deputados apresentavam-se no Rio de Janeiro portando os documentos que comprovavam sua eleição. Dentre eles, era escolhido um presidente para dirigir os trabalhos. A ele cabia nomear a Comissão de Reconhecimento, que elaborava a primeira e decisiva triagem dos diplomas, definindo em primeira instância quais diplomas tinham valor e quais não. A Câmara composta a partir dessa lista inicial tomava posse e começava a funcionar em sessões preparatórias, aprovando oficialmente os eleitos em cada estado, julgando as impugnações e as disputas. É evidente que o poder do presidente de decidir sobre a composição do órgão que fazia a triagem era um poder fundamental.

Notícia veiculada na *Cidade do Rio* de 17.4.1900, descrevendo as mudanças no regimento. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Câmara dos Deputados

Começarão amanhã, as sessões preparatórias para a constituição da Câmara dos Deputados que servirão no triênio de 1900 à 1902.

Pela reforma que foi aprovada, na sessão do ano passado, modificando o regimento interno das Câmaras, o processo da verificação de poderes dos deputados é novo em todas as linhas.

As sessões, que serão presididas pelo presidente da última sessão da legislatura passada, secretariado por quatro dos mais moços dos deputados diplomados presentes, durarão em quanto não for reconhecido número suficiente de deputados, para instalação oficial da sessão, que deve verificar-se no dia 3 de maio.

Pela reforma do regimento, na primeira sessão de amanhã, às 11 1/2 horas, o presidente da Câmara assumirá a presidência, e depois de convidar para os cargos de secretários quatro dos mais moços dos deputados diplomados, declarará aberta a 1ª sessão preparatória, nomeando em seguida, de sua livre escolha, uma comissão de cinco deputados diplomados, de Estados diferentes, e reputados extimos de contestação.

Constituída essa comissão, à mesa da Câmara lhe ministrará todos os diplomas e actas eleitorais remetidos à secretaria da Câmara, e os que forem apresentados, na ocasião pelos candidatos, para estudos della o seu juízo.

Essa comissão, então, habilitada com esses elementos, submeterá a um exame municioso e tacs elementos e organizará em seguida, uma relação nominal dos candidatos, cujos diplomas reputou incontestes, e sem vícios de qualquer especie. Isso é um trabalho, que não poderá absorver menos de 4 dias à comissão, pela originalidade e multiplicidade de dificuldades.

Confeccionado o trabalho da comissão, será submettido a aprovação na 1ª sessão, somente pelos diplomados que figurarem nessa relação.

E' depois disto que começará o trabalho de verificação de poderes, confiado à cinco comissões, de cinco membros cada uma, eleitas por escrutínio, dentre os diplomados e constantes da relação aprovada.

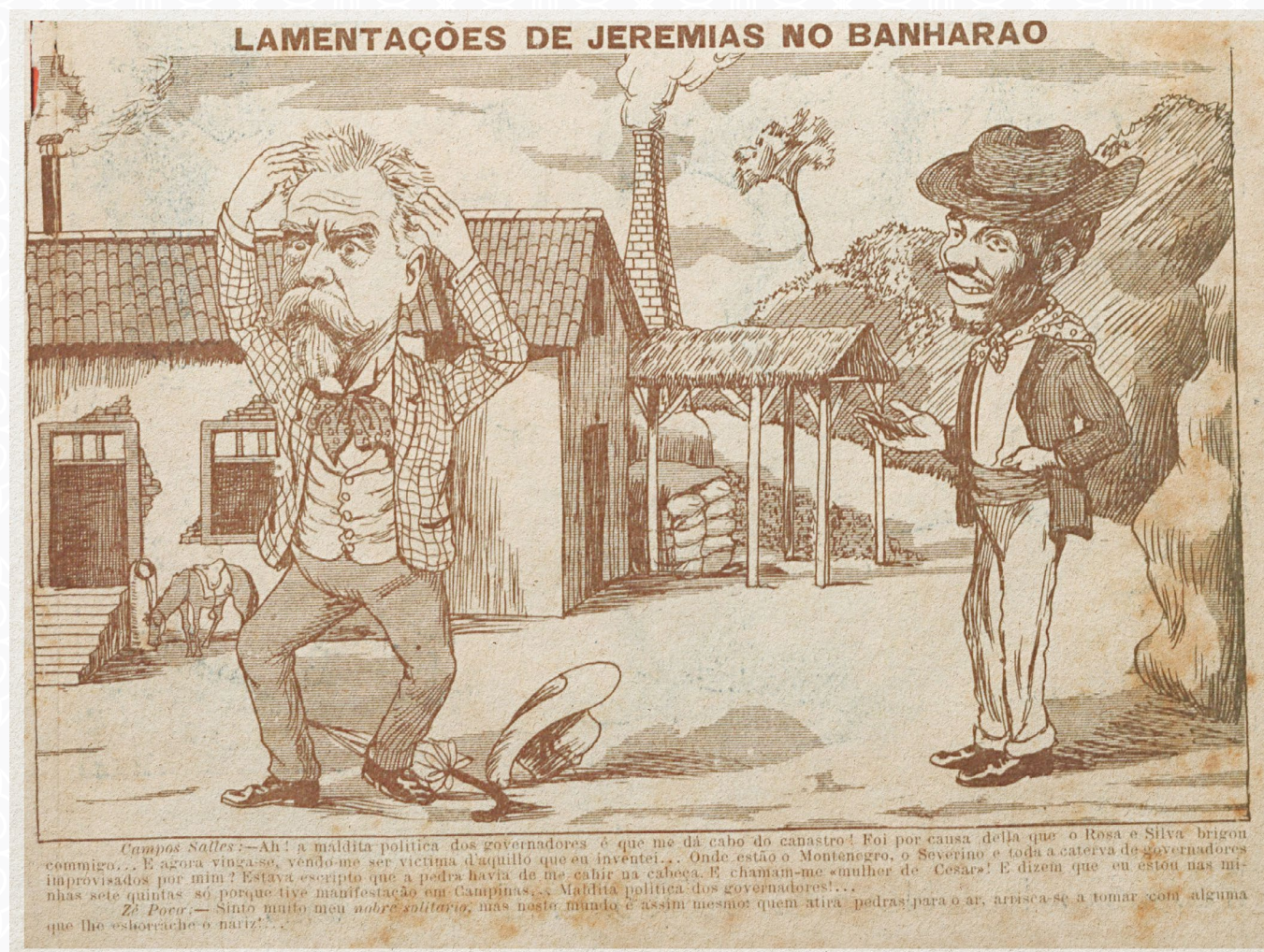
E' a essas comissões a quem se vai attribuir o poder de estudar e formar parecer sobre as eleições de 31 de dezembro passado, e desse estudo surgirá a câmara dos deputados.

A' primeira vista parece intrincada e embaraçosa a incumbência da 1ª comissão, desta que tem de organizar a relação dos diplomados incontestes; entretanto, nada é mais facil e mais breve, e para isso basta cumprir a rigor o texto do regimento, que tratou da especie.



A reforma de 1899 envolvia dois pontos: a) mudança no critério de escolha do presidente das sessões preparatórias – o cargo de presidente provisório caberia ao mais idoso, salvo se entre eles se encontrasse o presidente ou qualquer dos vice-presidentes que serviram na última sessão legislativa; b) alteração no critério de reconhecimento dos diplomas – passariam a ser reconhecidos apenas os candidatos cujos diplomas tivessem sido expedido pela maioria da junta apuradora.

É importante perceber que, antes da reforma do Regimento da Câmara, as bancadas estaduais não obedeciam uniformemente ao comando dos governadores. Apenas após a reforma é que os governadores passam a ter o controle sobre os representantes dos estados. Antes era possível o reconhecimento de representantes das minorias estaduais, desde que tivessem a articulação nacional necessária. A partir da reforma, passaram a ser reconhecidos apenas os candidatos oficiais.



O Malho de 24.6.1905, p. 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



A mudança instituída não foi, contudo, simplesmente uma desnacionalização – se, de um lado, o acordo entregava o controle da eleição nos estados aos governadores, de outro, mantinha a direção dos trabalhos nas mãos do mesmo presidente da legislatura anterior. Esse mecanismo garantia o controle final do processo para aquela maioria nacional que controlava o Congresso, afinada com o Executivo. A descentralização, portanto, foi parcial.

No longo prazo, as mudanças inauguraram uma nova forma de fazer funcionar o sistema representativo, caracterizada pela oligarquização do sistema político e pela exclusão da maioria da população.

Da modernização à oligarquia e exclusão

O sistema resultante foi bem-sucedido em institucionalizar os conflitos entre as elites, construindo mecanismos aceitos para eleger governos e permitindo convergência entre presidentes e congressos.

O sistema de representação foi esvaziado, congelando o controle dos estados nas mãos de oligarquias, permitindo manipulações explícitas do voto por sua parte. O controle do processo representativo implicava que o grupo do governador dificilmente perdesse uma eleição no estado. Isso se refletia nas eleições presidenciais – dados sobre eleições disputadas no período de 1910, de 1914 e de 1930 demonstram que o candidato vitorioso obteve, nos estados onde era apoiado pelo governador, a média percentual de 88%, 96% e 85% dos votos; o perdedor, por sua vez, conseguiu, naqueles estados em que o governador o apoiava, a média de 71%, 62% e 85%, em cada ano.

A política na Primeira República era também excludente: basta dizer que, na eleição de 1930, a com maior participação popular desse período, votaram apenas 5% dos cidadãos. A maior parte permanece de fora, excluía tanto por mecanismos legais (especialmente os analfabetos e as mulheres, que não podiam votar) como por extralegais (o uso sistemático da fraude pelas “máquinas” de fazer eleitos). O movimento de propaganda republicano acabou associado à consolidação de um sistema oligárquico e excludente, bem longe dos sonhos de modernidade.

Sugestões de leitura

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Tese de doutorado em Ciência Política (UFRGS, 2004), publicada pela Câmara dos Deputados em 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: *O Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1975. v. 3. Estrutura de poder e economia. Cap. 1. (História geral da civilização brasileira, v. 8).

CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1970.

GUANABARA, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*. Brasília: UnB, 1983.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à Presidência*. Introdução de Renato Lessa. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

